

Nos termos das disposições do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, convida-se V. Ex.a a apresentar proposta para a **Aquisição de serviços de arboricultura - 2025**, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do Caderno de Encargos, em anexo.

1 - Entidade adjudicante: Município de Amarante, NIF 501 102 752, pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, com sede na Alameda Teixeira de Pascoes, 4600-011, Amarante, geral@cm-amarante.pt / www.cm-amarante.pt.

2 - Órgão responsável pela decisão: Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6, e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

3 - Tipo de procedimento: Ajuste Direto nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do CCP.

4 - Documentos que integram a proposta, de apresentação obrigatória:

- a) Declaração do concorrente a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º do CCP elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
- b) Proposta de preço (IVA excluído) com indicação do preço total;
- c) Declaração de confidencialidade.
- d) Declaração de inexistência de impedimentos, que consta do presente convite.

4.1 - Os documentos apresentados devem ser assinados pelo representante legal do Concorrente, ou por Procurador com poderes para o obrigar.

4.2 - Sempre que a assinatura dos documentos seja realizada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira expressamente a este último poderes para o efeito, reconhecida e certificada por entidade com poderes para tal.

5 - Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa (n.º 1 do artigo 58.º do CCP).

6 - Prazo para apresentação da proposta: Até às 23h59 do **5.º dia** a contar da data da notificação.

7 - Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que acompanham, devem ser submetidos no link remetido pela AcinGov, nos termos do art.º 115, n.º 1, alínea g), do Código dos Contratos Públicos.

7.1 - Os Concorrentes deverão assinar eletronicamente, e de forma individualizada, todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7.2 - Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

8 - Não é permitida apresentação de propostas variantes.

9 - Caução: Não é exigível a prestação de caução.

10 - Prazo para apresentação de documentos: O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de **5 dias**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 86º do CCP, fixa-se em **2 dias** o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

11 - A proposta apresentada não será objeto de negociação.

12 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos serviços a executar no presente procedimento é de **19.250,00 euros (dezanove mil duzentos e cinquenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

13 - Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos;

b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;

14 - Anexa-se Caderno de Encargos.

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Declaração de inexistência de impedimentos)

....., titular do CC n.º, NIF, residente, na qualidade de representante de, número de identificação fiscal, com sede em....., declara, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que, por si e pela sua representada, não é titular de órgãos da Administração Pública ou seu agente, bem como de quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontre no exercício de poderes públicos, e que, por essa razão, não possa intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, no caso promovido pelo Município de Amarante, no âmbito do procedimento de contratação para (designação procedimento).....

Mais declara que tem pleno conhecimento que a sua participação no procedimento, em violação do disposto naquelas disposições legais, consubstancia a prática de um crime, assim como a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave conforme previsto no artigo 456.º alínea e), do CCP.

....(local), de (dia) de (mês) (ano)

(assinatura do representante através de certificado digital qualificado que relacione diretamente o assinante com a sua função e poderes para obrigar a entidade representada ou através de reconhecimento legal de assinatura com menções especiais)